

Se as sociedades onde tradicionalmente existem atores e instituições políticas fortes e enraizados, treinados nas artes da tentativa de exercer domínio sobre as circunstâncias, sempre experimentam surpresa com o que há de diferença entre os *resultados* das suas ações e as suas *intenções*, a nossa, com sua proverbial inorganicidade, parece estar condenada à estu-pefação diante de cada episódio significativo em sua história. Os idos de 1964 se constituíram em um desses momentos um movimento político e militar, orientado para interromper o longo ciclo do regime Vargas, e que derruba por meio de um golpe de Estado o seu herdeiro, o presidente João Goulart, se põe, nem decorridos três anos, em linha de continuidade com o que fora o alvo da sua intervenção.

1964 teria vindo como que para confirmar 1937, não apenas pelo registro coercitivo de suas instituições o corporativismo sindical do Estado Novo foi legitimado pelo regime militar, em que pese a publicística ortodoxamente liberal da época de arregimentação de forças pré-golpe, mas sobretudo pela concepção de que os fins da aceleração econômica deveriam prevalecer na ação dos aparelhos do Estado. Os dois momentos fariam parte do processo de longa duração da modernização conservadora brasileira, em que as elites políticas se sobreporiam às elites econômicas, e promoveriam a compatibilização entre os interesses modernos da indústria e do ethos do industrialismo com as oligarquias agrárias tradicionais, num contexto institucional de controles sociais repressivos sobre as classes subalternas.

O regime militar teria produzido, pois, um resultado oposto ao das motivações que animaram as condições para o êxito do golpe de Estado, principalmente das forças sociais que o apoiaram em nome da defesa do liberalismo econômico e de uma “normalização” da estrutura de classes no país, “saneando” o Estado da presença das classes subalternas instaladas no seu interior, em razão do que seriam os efeitos perversos decorrentes do populismo de uma fração das elites e da própria estrutura corporativa na organização do sistema de poder de então. Como se sabe, tal “normalização” efetivamente ocorreu, ao preço, porém, da expropriação política de toda a sociedade civil, persistindo-se, ademais, na prática de um capitalismo politicamente orientado, muito distante das aspirações liberais de uma sociedade de livre mercado.

São inúmeras, de fato, as aproximações entre 1964 e 1937, no que houve de impulso fáustico neles para o desenvolvimento das forças produtivas materiais e no seu impacto sobre as estruturas sociais e de poder da ordem tradicional. Participam, inclusive, da mesma situação paradoxal: dois regimes crucialmente autoritários, avessos à democracia política 1964 apenas tolerou o Parlamento, do qual procurou esvaziar todo poder, mas que dão curso a uma vigorosa democratização social pelas repercussões dos seus atos sobre a composição demográfica do país e suas estruturas sociais e ocupacionais. O autoritarismo desses dois regimes não se aplicou, portanto, na suspensão do movimento a fim de congelar, à Salazar, um *status quo*. Obedeceram, sim, à lógica transformista do conservar-mudando e freqüentemente mais mudando do que conservando, basta ver a movimentação dos setores subalternos no mundo agrário, hoje liberados em grande parte do estatuto de dependência pessoal ao senhorio rural.

Cessam, aí, as semelhanças. O tipo de modernização que vinga em 1937 supõe uma atitude mais complexa do ator ele evita isolar a economia da política e da organização social, seu estilo é europeu, durkheimiano, sistêmico. Precisamente o que se buscou com a introdução da fórmula política do corporativismo foi imprimir um andamento articulado e solidário às esferas da economia, da política e da organização social. Por outro lado, a cultura política do iberismo

predomina em suas elites Oliveira Vianna é um exemplo notório, para não se falar do próprio Vargas, e daí suas predileções pelas concepções organicistas e comunitaristas da ordem nacional, e suas reservas quanto ao individualismo e ao mundo livre dos interesses.

Já 1964 é de inspiração americana em geral, para suas elites, o recurso à ordem burocrático-corporativa é meramente instrumental, como é inspirada na Sociologia americana a sua teoria de modernização social, ao contrário das referências européias, sobretudo italianas, dos homens de 1937. Nessa espécie de marxismo vulgar às avessas, tem-se a crença de que mudanças econômicas em sentido “modernizante” isto é, que criam o indivíduo apetitivo e valores de livre mercado, induzem a um desenvolvimento político e social homólogos à sua natureza. Introduziu-se, assim, uma abissal assimetria entre economia, política e organização social, as duas últimas congeladas pelo autoritarismo enquanto a primeira dispara num movimento em flecha. De outra parte, foi essa a lógica que separou drasticamente a esfera do público da esfera do privado, ensejando o aparecimento de uma cultura política em que o indivíduo via como estranho tudo que não fosse o seu interesse particular imediato.

Mais do que os desastres econômicos, derivados em grande parte de uma estratégia equivocada para agir na nova circuns-tância dos negócios do mundo, 1964 importou uma verdadeira hecatombe política, ético-moral e no tecido social, aprofundan-do a tradicional atitude na população de indiferença à política, dificultando, pela perversão individualista, a passagem do indivíduo ao cidadão, e agravando em escala inédita a exclu-são social, ao mobilizar setores subalternos do campo para os pólos urbano-industriais, onde chegavam destituídos de direitos e de proteção das políticas públicas.

Foi o processo de transição à democracia que revelou os efeitos da americanização “pelo alto” conduzida pelo regime militar a degradação do público não somente na esfera estatal, mas também na própria sociedade civil, em que a dimensão do *interesse* se aparta da dimensão da opinião, reduzindo-se a vida associativa a uma confraria inorgânica de interesses corporativos para a qual inexistente, salvo como retórica de legitimação, o horizonte da política e do *interesse geral*. Ensaia-se, hoje, a lenta sedimentação de uma nova cultura política, que, partindo do

mundo dos interesses da grande maioria se invista de uma expressão pública a fim de transformar as relações entre a sociedade e seu Estado. Nesse caminho, trata-se de traduzir e elevar ao plano da política a tumultuada democratização societária, fruto imprevisto da obra do regime militar, convertendo interesses em direitos e demandas sociais em reformas públicas que democratizem o Estado.

Cumprir esse novo processo requer a consolidação da democracia política e de instituições que garantam o fluxo da participação de uma cidadania que se expande, qualitativa e quantitativamente. 1964 é uma página virada, e, com tudo que trouxe de ruim, não deixou de confirmar, com independência das intenções, uma grande e antiga paixão nacional: o desenvolvimento material, com suas naturais repercussões sobre a desorganização da sociedade tradicional brasileira. Decerto que agora nos defrontamos com um problema de construção da ordem mas há os que a querem como resultado da participação de todos, como há os que a pretendem reduzi-la à razão, à vontade e aos interesses de alguns poucos. E é nesse novo "1964" que todos estamos entre Fujimores e Pinochets ou, no melhor, num processo de afirmação da cidadania que reforce e institucionalize de vez a democracia política.

Luiz Werneck Vianna é professor da UFRRJ/CPDA e do IUPERJ.

Estudos Sociedade e Agricultura, 2, junho 1994: 7-10.